



“Quel dan uenga sobre altre que sobre nos”: tolerância e pragmatismo no *Llibre dels Feyts* de Jaime I de Aragão (1213-1276)

“Quel dan uenga sobre altre que sobre nos”: tolerance and pragmatism in the *Llibre dels Feyts* of James I of Aragon (1213-1276)

“Quel dan uenga sobre altre que sobre nos”: tolerancia y pragmatismo en el *Llibre dels Feyts* de Jaime I de Aragón (1213-1276)

Aline Dias da SILVEIRA¹
Rodrigo Prates de ANDRADE²

Resumo: O objetivo desse artigo é a compreensão das representações acerca dos sarracenos na autobiografia de Jaime I de Aragão produzida na década de 1270, o *Llibre dels Feyts*. Uma vez que os estudos medievais contemporâneos interpretam estas representações a partir de uma preponderância dos aspectos étnicos e religiosos ou de uma ruptura ocasionada pela primeira revolta de Valência (1244), faz-se necessária a análise das relações entre cristãos e muçulmanos, a partir de um conceito medieval de tolerância, a fim de abarcar-las em sua complexidade histórica e ampliar as interpretações até o momento desenvolvidas, inserindo Jaime I no contexto Ibérico do século XIII. A análise do *Llibre dels Feyts* expõe a operacionalização de uma política pragmática frente às populações muçulmanas conquistadas, a tolerar aqueles que reconhecem a autoridade e legitimidade do monarca catalão-aragonês. De acordo com uma perspectiva orgânica e feudal os sarracenos foram incorporados aos territórios catalães e aragoneses, sem, contudo, desfrutar de um estatuto de igualdade.

Abstract: The purpose of this article is to understand the representations about the saracens in the autobiography of James I of Aragon (1208-1276) produced in the 1270 decade, the *Llibre dels Feyts*. Since the contemporary medieval studies interpret these representations from a preponderance of ethnic and religious aspects or a break caused by the first revolt of Valencia (1244), becomes necessary to analyze the relations between christians and muslims from a medieval concept of tolerance in order to

¹ Doutora em História Medieval pela Humboldt-Universität Zu Berlin e professora de História Medieval do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* aline.d.s@ufsc.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). *E-mail:* rodrigopratesdm@hotmail.com.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

encompass them in their historical complexity and increase the interpretations to the developed time by entering James I in the Iberian context of the XIII century. The analysis of the *Llibre dels Feys* exposes the operationalization of a pragmatic policy toward the conquered Muslims populations, to tolerate those who recognize the authority and legitimacy of catalan-aragonese monarch. According to an organic and feudal perspective the saracens were incorporated into Catalan and Aragonese territories, without, however, enjoy a equal status.

Palabras-chave: Jaime I de Aragón – *Llibre dels Feys* – Península Ibérica – Tolerância – Pragmatismo.

Keywords: James I of Aragon – *Llibre dels Feys* – Iberian Peninsula – Tolerance – Pragmatism.

RECEBIDO: 15.08.2015

ACEITO: 01.11.2015

[...] se porventura e pelos pecados dos cristãos chegar o tempo em que os sarracenos que estão do outro lado do mar se acordarem com os que estão desse lado, e se revoltarem os povos dos sarracenos de cada uma das vilas, eles nos tomariam tantos castelos, de nós e do rei Castela, que todo o homem que ouvisse se maravilharia do grande dano que o Cristianismo receberia. Assim, mais vale que o dano caia sobre outro que sobre nós, pois os tempos mudam e, antes que chegue a hora, se deve considerar o que pode acontecer para que não ocorra um dano.³

Jaime I de Aragão, o *Conquistador* (1208-1276) diante do bispo de Valência e de seus ricos-homens afirmara a necessidade de combater os mouros de Múrcia sob o domínio castelhano, pois mais valeria que o dano fosse causado ao outro que sobre eles. Estabelecera-se ali uma diferenciação assimétrica entre o “outro” e o “nós”, na qual os sarracenos deveriam ser relegados em detrimento da Cristandade.

O objetivo desse artigo é justamente a compreensão destas representações hierarquizadas acerca dos sarracenos na autobiografia de Jaime I produzida em fins do século XIII, o *Llibre dels Feys*. Uma vez que os estudos medievais contemporâneos interpretam estas representações a partir de uma preponderância dos aspectos étnicos

³ JAUME I DE ARAGÃO. *Livro dos Feitos* (trad. e notas Luciano José Vianna e Ricardo da Costa). São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciência e Filosofia “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2010, cap. 366, p. 353.

e religiosos ou de uma ruptura ocasionada pela primeira revolta de Valência (1244)⁴, faz-se necessária a análise das relações entre cristãos e muçulmanos, a partir de um conceito medieval de tolerância, a fim de abarcar-las em sua complexidade histórica e ampliar as interpretações até o momento desenvolvidas, inserindo Jaime I no contexto Ibérico do século XIII.

A análise do *Llibre dels Feys* expõe a operacionalização de uma política pragmática frente às populações muçulmanas conquistadas, a tolerar aqueles que reconhecem a autoridade e legitimidade do monarca catalão-aragonês, o que o filósofo alemão Rainer Frost chama de tolerância da permissão.⁵ Ou seja, o grupo hegemônico permite que uma minoria dissidente viva de acordo com suas crenças e costumes desde que permaneça no âmbito de sua própria comunidade, sem afetar os limites sociais e políticos impostos pelo grupo hegemônico. A tolerância de permissão ocorre por uma questão pragmática: para evitar um mal maior, como insurreições e desordem social.

Para Jaime I e seus contemporâneos, é essa desordem social que deve ser evitada, pois corromperia a base da organicidade do corpo social. Por essa perspectiva orgânica e feudal os sarracenos foram incorporados aos territórios catalães e aragoneses, sem,

⁴ Elencamos aqui alguns destes trabalhos: KAGAY, D. J. “The Essential Enemy: The image of the muslim as adversary and vassal in the law and literature of the medieval Crown of Aragon”. In: BLANKS, D. R.; FRASETTO, M (org.). *Western views of Islam in medieval and early modern Europe: Perception of other*. New York: St. Martin’s Press, 1999; MCMILLIN, L. A. “Portrait of the Enemy: saracens in the Catalan Grand Chronicles”. In: *Sbarq Al-Andalus*, Alicante, n. 4, p. 49-57. 1987.; SÁNCHEZ, F. F. “Els musulmans i l’Islam vistos como alteritat en el ‘Llibre dels Feits’”. In: HAULF I VALLS, A (org.). *El Llibre dels Feits: aproximació crítica*. Valência: Publicacions de l’ Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2012; TOLAN, J. V. *Sarracenos: el Islam en la imaginación medieval europea*. Valência: Universitat de València, 2007.

⁵ “De acordo com a primeira concepção, que chamo de *concepção como permissão*, a tolerância é uma relação entre uma autoridade ou uma maioria e uma minoria dissidente, “diferente”. Tolerância significa, então, que a autoridade (ou maioria) concede uma permissão qualificada aos membros da minoria para viverem de acordo com suas crenças, na condição de que a minoria aceite a posição dominante da autoridade (ou maioria). Contanto que a expressão de suas diferenças permaneça dentro de limites, isto é, um assunto “privado”, e contanto que não reivindicuem *status* público e político iguais, eles podem ser tolerados tanto em termos pragmáticos como de princípio – em termos pragmáticos porque essa forma de tolerância é considerada a menos custosa de todas as alternativas possíveis e não perturba a paz civil e a ordem conforme o grupo dominante a define (ao contrário, contribui para a mesma); e em termos de princípio porque se considera moralmente errado (e, de todo modo, infrutífero) forçar as pessoas a abandonarem certas crenças ou práticas arraigadas”. FORST, Rainer. “Limites da Tolerância”. In: *Novos Estudos*, n. 84, p. 15-29. 2009, p. 20.

contudo, desfrutarem de um estatuto de igualdade, pois a hierarquia seria um pressuposto para a ordem e a organicidade social.⁶

Filho de Maria de Montpellier (1180-1213) e Pedro II de Aragão (1174-1213), Jaime I procurou, a partir de uma política expansionista⁷ e da constituição de uma memória sobre os seus feitos, monumentalizada em sua narrativa, legitimar-se perante o passado, o presente e o futuro. Conforme a historiadora Linda McMillin, a inserção dos muçulmanos nesta crônica se estabelecera em um contexto bélico, ora representados como inimigos a serem derrotados, ora como poderosos aliados e vassalos. Representações que cambiavam entre a valorização da coragem e da fidelidade dos guerreiros sarracenos e de sua rendição ao *Conquistador*. Entretanto, suportada nas teses do renomado historiador Robert Burns, a autora destacara que a primeira revolta de Valência (1244) se constituíra como uma *ruptura* na forma de representar os sarracenos na obra. De corajosos cavaleiros e bons vassalos eles passaram a traidores que gritavam e invocavam o nome de Maomé.⁸

Em seu livro *Muslims, Christians and Jews in the Crusader kingdom of Valencia*, Burns objetivara a resolução de um *literary mystery* – uma lacuna presente no *Llibre dels Feyts* entre os anos de 1245 e 1264. Com base na tese de que a crônica fora composta em duas grandes etapas, uma em 1244 e outra em 1274, o autor afirmara que este

⁶ A exemplo da Ley 1, Título 9, Partida 2 das *Siete Partidas* de Alfonso X, onde o rei aparece como a cabeça do reino, pois é a parte mais importante do “corpo”: “Aristoteles en el libro que fizo a Alexandro, de como auia de ordenar su casa e su señorio, diole semejança del ome al mundo: e dixo assi como el cielo, e la tierra, e las cosas que enellos son, fazen vn mudo, que es llamado mayor, Otrosi, el cuerpo del ome, con todos sus miembros faze otro que es dicho menor. Ca bien assi como el mundo mayor hay moebda, e entendimiento, e obra, e aconcordança e departimiento, otrosi lo ha el ome segund naturaleza. E deste mundo menor, de que el tomo semejança, al ome, fizo ende otra, que a semejo ende al rey e al reino, e en qual guisa deue ser cada vno ordenado, e mostro que assi como Dios puso el entendimiento en la cabeza del ome, que es sobre todo el cuerpo, el mas noble lugar, e lo fizo como rey, e quiso que todos los sentidos, e los miembros, tambien los que son de dentro, que nõ parecen: como las de fuera, que son vistos, le obedesciesen, e le siruiessen, a si como señor (...), ALFONSO EL SABIO. *Las Siete Partidas*. Gregório Lopez (org.). Salamanca, 1555. (edição renovada, Madrid, 2004). Sobre a organicidade do corpo social, ordem e natureza ver também SILVEIRA, A. D. “Relação corpo, natureza e organização sociopolítica no Medievo: revelação, ordem e lei”. In: NODARI, E. S.; KLUG, J (org.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

⁷ Nos referimos às conquistas de Maiorca (1229-1235), Valência (1233-1244) e Múrcia (1264-1266), sendo que Múrcia pertencia ao Reino de Castela desde 1244 pelo tratado de Almirra. Em 1264, ao eclodir a revolta dos mouros de Múrcia, Afonso X pede auxílio de Jaime I.

⁸ MCMILLIN, *op. cit.*, p 49-52.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21 (2015/2)*
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

elemento ocorreria pela própria função do texto: tencionado à glorificação das memórias de um rei, não houvera espaços às suas derrotas.⁹

Entretanto, ao concordarmos com uma recente historiografia que compreende a obra em sua unidade e, também, em seu projeto moralizador¹⁰, entraremos em um novo dilema historiográfico e literário: como explicar esta *transformação* nas representações dos sarracenos? E ainda, diante desta *transformação*, teria sido Jaime I um rei tolerante ou intolerante?

Nas palavras José Villacañas “la tolerancia no era el procedimiento propio del siglo XIII para relacionar una sociedad dominante y una dominada”. Para o autor “[...] la sociedad cristiana soportaba la molesta presencia de la islámica en la medida en que obtuviese un beneficio de ella”.¹¹ No entanto, Burns afirmara que as atitudes do *Conquistador* perante os conquistados não foram intolerantes, nem mesmo tolerantes, pelo menos não no sentido moderno destas palavras.¹² O que seria, então, o sentido medieval de tolerância?

I. “[...] porque eram todos traidores [...]”.

A ideia de uma tolerância religiosa entre os “povos do livro” e sua convivência no medievo ibérico, fora palco de diversas disputas historiográficas e também ideológicas, a começar pelo debate historiográfico entre Américo Castro e Claudio Sanchez-Albornoz e seu desdobramento nos trabalhos financiados pela União Européia nos últimos anos¹³. Entretanto, cabe-nos verificar o conceito de tolerância na Idade Média e tentar entender como se deu seu exercício.

⁹ BURNS, R. I. *Muslims, Christians and Jews in the Crusader kingdom of Valencia*. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 280-281.

¹⁰ CINGOLANI, S. M. “De historia privada a historia pública y de la afirmación al discurso: una reflexión en torno a la historiografía catalana (985-1288)”. In: *Talia Dixit*: Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografía, n. 3, p. 51-67. 2008; PUJOL, J. M. “El programa narratiu del Llibre del rei en Jaume”. In: COLÓN, G.; ROMERO T. M. (org.). *El rei Jaume I*. Fets, actes i paraules. Castelló: Fundació Germà Colón Domènech; Barcelona: Publicacions de l’ Abadia de Montserrat, 2008.

¹¹ VILLACAÑAS, J. L. *Jaume I el Conquistador*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2004. p. 608.

¹² BURNS, *op. cit.*, p. 282-283.

¹³ Para maiores informações acerca este debate ver SILVEIRA, A. D. “Fronteiras da tolerância e identidades na Castela de Afonso X”. In: FERNANDES, F. R (org.). *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

Na *Suma teológica*, parte II-II, questão 10, artigo 11, na pergunta “os ritos dos infiéis devem ser tolerados?”, o dominicano Tomás de Aquino (1225-1274) apresenta a seguinte resposta:

Hay que decir: El gobierno humano proviene del divino y debe imitarle. Pues bien, siendo Dios omnipotente y sumamente bueno, permite, sin embargo, que sucedan males en el universo pudiéndolos impedir, no suceda que, suprimiendo esos males, queden impedidos bienes mayores o incluso se sigan peores males. Así, pues, en el gobierno humano, quienes gobiernan toleran también razonablemente algunos males para no impedir otros bienes, o incluso para evitar peores males. Así lo afirma San Agustín en II *De Ordine* 34: Quita a las meretrices de entre los humanos y habrás turbado todas las cosas con sensualidades. Por consiguiente, aunque pequen en sus ritos, pueden ser tolerados los infieles, sea por algún bien que puede provenir de ello, sea por evitar algún mal.¹⁴

Apesar dos infiéis cometerem erros, estes poderiam ser tolerados, desde que essa permissão evitasse um mal maior à Cristandade. A tolerância e o pragmatismo pregados por Aquino encontram-se em consonância com a percepção social expressa nas fontes ibéricas do século XIII, catalãs como no *Llibre dels Feyts* e castelhanas como nas *Siete Partidas*¹⁵ e a prática documentada no *Diplomatario Andaluz*.¹⁶ Todas essas fontes expressam a necessidade de manter a harmonia de uma organicidade social, mesmo que para tanto algumas concessões deveriam ser feitas.

Na narrativa de seus feitos, frente aos sarracenos de Múrcia, o rei aragonês expusera que a maior mesquita da vila deveria pertencer aos cristãos, afinal “que fariam os cristãos se não tivessem igreja para entrar?”. A gritaria sarracena “não é coisa conveniente”, de tal modo “vós tendes [os sarracenos] dez mesquitas na vila; fazeis a vossa oração naquelas e deixai-nos esta”. Estes mesmos sarracenos poderiam ser expurgados aos subúrbios da vila, visto que como alertaram os próprios vassallos do *Conquistador*. “o que nós tínhamos tomado da vila era tão pouco que os sarracenos nos expulsariam quando fôssemos embora com a hoste”.¹⁷

A política empreendida por Jaime I diante das populações muçulmanas conquistadas assemelhara-se àquela praticada por seu genro, Afonso X de Castela, a partir de uma

¹⁴ TOMÁS DE AQUINO, *Suma de Teología*, T. III, Parte II-II, cuestión 10, Artículo 11, Madrid: Biblioteca de los Autores Cristianos, 1990, p. 121-122.

¹⁵ Ver nota 5.

¹⁶ *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, ed. Manuel González JIMENEZ, 1991.

¹⁷ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 446, p. 407-408.

perspectiva organicista da sociedade. Como podemos deprender da *partida* II, *título* I, *ley* V a seguir:

Vicarios de Dios son los Reys cada vno en su reyno, poestos sobre las gentes, para mantener las en justicia e en verdad quando en lo temporal, bien assi como el Emperador en su imperio. Esto se muestra complidamente en dos maneras. La primera dellas, es espiritual, segund lo mostraron los profetas, e los santos aqui en nuestro Señor gracia, de saberlas cosas ciertamente, e de fazer las entender. La outra es, segundo natura, assi como mostraron los omes sabios que fueron conoscedores delas cosas naturalmente. E los santos dixeron que el Rey es puesto en la tierra en lugar de Dios, para cõplir la justicia, e dar a cada vno su derecho. E porende lo llamarõ coraçon, e alma del pueblo. Ca assi como yase el alma en el coraçon del ome, e por ella biue el cuerpo, e se mantiene, assi en el Rey yaze la justicia que es vida e mätenimiento del pueblo de su señorío. E biẽ otrosi como el coraçon es vno, e por el recibẽ todos los otros miembros vnidad, para ser un cuerpo, bien assi todos los del reyno maguer seã muchos (porque el Rey es e deve ser vno) por esso deuẽ otrosi ser todos vnos conel, para servir le, e ayudar le, en las cosas, que el ha de fazer. E naturalmente dixerõ los sabios que el Rey es cabeça del reino, ca assi como dela cabeça nascen los sentidos, porque se mãdan todos los miembros del cuerpo, bien assi por el mandamiento que nasce del Rey, que es señor e cabeça de todos los del reyno, se deuen mandar e guiar e auer vn acuerdo conel para obedescer le e amparar e guardar e acrescentar el reyno. Onde el es alma e cabeça e ellos miembros.¹⁸

O rei castelhano, na tessitura de uma metáfora para a hierarquia social, se coloca como a cabeça, o coração e a alma do reino, que necessita de todos os membros para manter o corpo saudável, “pois todos são importantes, e não se pode deixá-los, porque hão de se ajudar uns aos outros para que possam bem viver, serem protegidos e mantidos” (tradução nossa).¹⁹

Entretanto, isso não acarretara em uma igualdade entre as religiões abraâmicas – as diferenças sociais foram mantidas, reafirmadas e mesmo acentuadas, bem como as especificidades dos costumes e espaços nas cidades. Isso não deve causar surpresa ou uma falsa ideia de contradição, pois esperar uma sociedade igualitária na *Hispania* do século XIII seria projetar utopias modernas em um passado que percebia na ordem hierárquica uma lei fundamental para a harmonia do reino e do universo.

O monarca catalão-aragonês não desejava *um mal aos seus sarracenos*, como cativos, servos ou vassallos estes seriam protegidos, “pois os desejávamos mais vivos que

¹⁸ ALFONSO EL SABIO, *op. cit.*, partida II, título I, ley V.

¹⁹ Ca todos son menester: e nõ se puedẽ escusar, porque se hã de ayudar, vnos a otros, por que puedã bien biuir e ser guardados, e mantenidos.” *Ibid.*, partida II, título X, ley I.

mortos”.²⁰ Contudo, em seu leito de morte, Jaime I aconselhara a seu filho e sucessor Pedro III de Aragão (1239-1285) a resguardar seus territórios e expulsar:

...todos os mouros do dito reino de Valência, porque eram todos traidores e tinham mostrado isso muitas vezes, pois, nós lhe fazíamos bem e eles se esforçavam todo o tempo em fazer-nos ofensas e, quando podiam, enganar-nos.²¹

Em três momentos distintos de sua vida os sarracenos de Valência se revoltaram contra sua autoridade e o traíram.²² Eles ofenderiam, enganariam e trairiam seu senhor, mesmo que este lhes fizesse bem. Em uma sociedade na qual a hierarquia surge como um princípio natural e divino, a traição representara um desequilíbrio, uma doença do corpo social. Em 1244, os sarracenos liderados por Al-Azraq (1230-1276), deram início àquela que seria alcunhada como primeira revolta de Valência. De acordo com a narrativa, um vassalo de Jaime alertara que:

Alazrac vos tomou [de Jaime I] alguns castelos nas terras de Valência, e nós não nos atrevíamos a dizer-vos. Nós dissemos: – Faziam mal em não nos dizer, pois sabiam que nós perdíamos algo nosso. Mas isso nos agrada muito, pois pelos acordos que fizemos com os sarracenos, nós não os expulsaríamos da terra, mas se eles nos dão motivos para os expulsemos e, se agrada a Deus, a nós nos agrada muito que ali onde longamente é gritado e invocado o nome de Maomé, será chamado o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo.²³

O rompimento do contrato vassálico representara um ato vil, uma traição. Dentro do entendimento régio, o vassalo que o cometera, um cristão ou um sarraceno, era desvalidado por sua infidelidade, já que se postara contra a natureza destas relações. A gravidade do rompimento do pacto vassálico, neste contexto ibérico, é expressa na *Partida II, Título XIX, Ley III*:

Como deue guardar el pueblo la tierra, e venir en hueste, contra los que se alçassen en ella (...) Mas de la que se leuãta de suyos mismo, desta nasce mayor deshõrra, como en querer los vassallos egualar se con el Señor, e contender cõ el, orgullosamente, e con soberuia. E es otrosi mayor peligro, por que tal leuãtamiẽto como este, siempre se mueue cõ grãd falsedad, señaladamẽte por fazer engãno e mal.²⁴

²⁰ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 203, p. 240.

²¹ *Ibid.*, capítulo 564, p. 478-479.

²² No decorrer do século XIII o reino de Valência fora palco de três grandes revoltas sarracenas: a primeira em 1244, a segunda e maior em meio aos anos de 1247 e 1258 e, por fim, a última revolta entre 1276-1277.

²³ *Ibid.*, capítulo 361, p. 348.

²⁴ ALFONSO EL SABIO, *op. cit.*, partida II, título XIX, ley III.

Porém, a quebra do pacto de Al-Azraq fora positivada. A expulsão daqueles sarracenos agradaria a Deus e ao monarca, uma vez que “ali onde longamente é gritado e invocado o nome de Maomé, será chamado o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Desvalorizava-se a religião muçulmana ao transformar seus ofícios em uma “gritaria” em nome de Maomé, e, em contraposição, valorizava-se a possibilidade da celebração das palavras de Deus naquelas terras.

Cabe ressaltar aqui que, durante a conquista de Maiorca, feito anterior às subsequentes revoltas de Valência, a manutenção da lei e dos costumes sarracenos, bem como a sagração dos pactos sobre o Corão foram enobrecidas na crônica.²⁵ O que teria então *transformado* a maneira de representar esses sarracenos?

A revolta ao sul das fluídas fronteiras da Coroa de Aragão fizera com que Jaime I retornasse a Valência, onde recebera uma comitiva de sarracenos de Játiva. “Mui alegremente” aqueles beijaram a mão de seu senhor e, como maus vassalos, “pouco se preocuparam, não disseram que se vingariam, nem rogaram que vós [Jaime I] vos vingásseis”. A traição dos valencianos chegou a tal ponto que “Alazrac nos roubara o castelo de Penáguila”, e “ao invés de se arrependarem do mal que fizeram [...] nos faziam ainda mais”. Apesar do mal cometido, isto agradava o rei, pois os sarracenos “nos davam motivos para nos vingar”.²⁶

Os traidores continuaram sua empreitada ao roubarem os castelos do monarca aragonês e destruírem um dos seus maiores feitos – a conquista de Valência. Afrontaram-no por “terem acolhido tão pouco o nosso amor e a nossa senhoria”, afinal viviam ricamente em suas casas. Assim, desvalorizavam-se os sarracenos que não respeitaram os pactos e, por outro lado, a vingança desejada pelo Conquistador se transformara em uma obra de Deus. Os traidores foram expulsos para que a terra fosse povoada por cristãos e o “sacrifício do Filho” fosse louvado no reino de Valência.²⁷

Depois disso, nos enviaram de alguns lugares honrados mensageiros sarracenos dentre aqueles que possuíam e podiam encontrar entre si, que se maravilharam fortemente com o fato de que os expulsássemos de nossa terra e, que se nós quiséssemos que aumentassem a nossa renda, eles nos dariam tudo o que pensássemos fosse razoável e

²⁵ ANDRADE, R. P. “Inimigos e anjos: o Llibre dels Feyts e as relações entre cristãos e muçulmanos na Coroa de Aragão (1213-1276)”. *In: Revista Roda da Fortuna*, n. 5, p. 109-127, 2013, p. 125.

²⁶ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 362, p. 349-350.

²⁷ *Ibid.*, capítulo 364, p. 351-352.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

conveniente. Aqueles de Játiva que cometeram o delito contra nós disseram que nos dariam cem mil besantes de renda a cada ano. E nós concordamos, e lhes dissemos que percebíamos que nos subiam a renda e que a terra valeria como nunca, mas que, agora que começávamos tal coisa, eles não tinham auxílio vindo do mar, e que tínhamos nós por bastante certo que, quando acreditassem poder fazê-lo, se levantariam contra nós porque queríamos que saíssem definitivamente de nossa terra sãos e salvos com todas as suas roupas e coisas. Eles, chorando e com grande dor, partiram de nossa presença e tiveram que obedecer a nossa ordem. Mas, colocaram suas mãos onde puderam, e combateram os castelos em que viam que havia poucas guarnições. Seus vizinhos e aqueles que estavam por perto os ajudaram, e assim eles combateram tão fortemente que pelas partidas do reino de Valência nos tomaram dez ou doze castelos. Houve então uma grande guerra²⁸.

A iminência de sua expulsão do reino, os mouros “se maravilharam fortemente” e suplicaram ao monarca sua permanência naquelas terras, inclusos “aqueles [mouros] de Játiva que cometeram o delito contra nós”. Os sarracenos que outrora traíram Jaime, como os de Játiva, foram desvalidados, pois pouco se importaram com a revolta de Al-Azraq. Mesmo que suplicassem pela mercê do Conquistador, que rendessem “cem mil besantes” por ano aos cristãos, que multiplicassem o valor da terra, seus atos eram vis, por traírem seu senhor.

De acordo com as palavras de Jaime I, os sarracenos valencianos, propensos a traí-lo, ainda não o fizeram porque “não tinham auxílio vindo do mar”, dos reinos muçulmanos da África. A sua expulsão fora positivada, pois além de darem ao rei “motivos [...] sem quebrar a minha fé”, houvera “segunda razão, que é muito mais forte” - se os sarracenos dos dois lados do mar se acordarem poderiam causar um grande dano à Cristandade hispânica.²⁹

“Chorando e com grande dor” os sarracenos saíram de Valência, porém antes “colocaram suas mãos onde puderam, e combateram os castelos em que viam que havia poucas guarnições”. Aqui eles cumpriram as desconfianças do rei, pois mesmo que chorassem a dor de perderem suas terras, uniram-se aos revoltosos. Aqueles que foram contra a senhoria de Jaime e quebraram os pactos firmados na conquista de Valência, foram representados como traidores. Al-Azraq surgira quase como uma encarnação da traição ao liderar seus homens contra o rei:

Além disso, que apesar de ter vindo até nós para nos dizer que desejava tornar-se cristão e tomar uma parenta de Carroz como mulher, nós fomos à noite a um castelo de

²⁸ *Ibid.*, capítulo 368, p. 354-355.

²⁹ *Ibid.*, capítulo 366, p. 353.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

mouros que ele tinha chamado Rogate somente com trinta e cinco cavaleiros, e vimos que ele pensava em nos trair, pois nos armou uma armadilha, com sete emboscadas de mouros com grande barulho de cornos, trombetas e muitos besteiros com adagas, e se não fosse Nosso Senhor para nos defender dele, nós teríamos sido confundidos e mortos. Ele tomou e prendeu dezessete cristãos que nós enviamos para que se estabelecessem em uma torre depois do castelo³⁰.

Aparentemente, o sarraceno desistira de sua revolta ao se aproximar do rei “para [...] dizer que desejava tornar-se cristão”, porém, aquilo era uma armadilha, uma emboscada feita pelos mouros, “com grande barulho de cornos, trombetas e muitos besteiros com adagas”. Importa destacar que antes mesmo de narrar este feito, o rei o rememora em sua crônica capítulos antes, “pois, exceto Alazrac no feito de Rugat, nunca um sarraceno quebrou sua fé prometida”.³¹ Al-Azraq era a personificação da traição dos sarracenos, uma doença na Coroa de Aragão.

Contudo, encontramos na obra uma multiplicidade de representações acerca dos sarracenos. O conflito expresso na fonte, mesmo que justificado em uma retórica cruzadística, não constituiria uma separação absoluta entre cristãos e muçulmanos. Conforme mencionamos anteriormente, os pactos firmados sobre o Corão e a manutenção dos costumes sarracenos nos territórios conquistados adquiriram na crônica um caráter positivo. Assim, o que teria *transformado* a maneira de representar esses sarracenos?

II. “[...] aqueles que vieram à nossa mercê e se rendido a nós”.

Voltemo-nos neste momento para a primeira menção sobre um sarraceno no *Llibre dels Feyts* de Jaime I de Aragão:

E toda a renda que nosso pai tinha em Aragão e em Catalunha estava penhorada, até os judeus e sarracenos, e também as honras, que naquele tempo eram setecentas cavalarias, e nosso pai, o rei Dom Pedro, tinha dado ou vendido todas, exceto cento e trinta. Por isso quando entramos em Monzón não tínhamos sequer do que comer para um dia, pois nossa terra estava destruída e penhorada.³²

A comparação estabelecida entre judeus e sarracenos e as honras (terras) da Coroa não fora desmedida – sob a ótica de uma hierarquia feudal estes homens e mulheres foram atrelados ao patrimônio do rei e dos territórios aragoneses e catalães. A terra e

³⁰ *Ibid.*, capítulo 377, p. 360.

³¹ *Ibid.*, capítulo 356, p. 346.

³² *Ibid.*, capítulo 11, p. 37.

as forças produtivas que nela trabalhavam compunham as rendas de Aragão e Catalunha. De acordo com Catlos, no caso dos *mudéjares*, estes se integraram aos territórios aragoneses e catalães justamente por meio destas atividades produtivas e comerciais. Proprietários ou arrendatários do rei estas populações muçulmanas sob o domínio cristão possuíam direitos semelhantes aos de seus vizinhos de outras leis.³³ Representados como membros do corpo social, sua destruição culminaria na do próprio reino. Sigamos estas premissas:

Enquanto estávamos em Saragoça, estavam nesta *partida* Dom Pedro Fernandez e aqueles que já citamos. E chegou uma mensagem que Dom Rodrigo Lizana capturara Dom Lope de Albero, que era parente do mesmo Dom Rodrigo Lizana. Dom Pelegrino de Atrosilo tinha a filha de Dom Lope de Albero por mulher. Este Pelegrino e seu irmão Dom Gil pediram-nos e clamaram-nos amor e mercê para que déssemos conselho e ajuda sobre a prisão de Dom Lope de Albero, porque Dom Rodrigo o prendera sem que Dom Lope de Albero se protegesse dele e sem ser desafiado; além disso, tomara-lhe o castelo e a vila de Albero e cerca de dez mil kafizes de pão que eram seus, além do mal que causara aos cristãos e aos sarracenos de Albero.³⁴

Os atos de Dom Rodrigo contrapuseram-se a ideia de uma justiça feudal – ele não desafiara seu parente Albero, não lhe fornecera a oportunidade de se proteger e tomara seus bens para si. Segundo Jaime I, Dom Rodrigo assaltara de Dom Lope seu castelo, a vila e dez mil *kafizes* de pão, porém, o prejuízo de Albero não se resumira a estes bens: o nobre da família Lizana também havia feito um mal aos cristãos e sarracenos de seu parente.

Na passagem anterior vimos que os judeus e os sarracenos foram representados como membros do patrimônio da Coroa. De maneira análoga os cristãos e sarracenos compunham o patrimônio de Dom Lope de Albero. O ato de Lizana infligira três danos ao nobre cristão: 1) a sua prisão; 2) a perda do castelo, da vila e de seus pães; 3) o mal causado aos seus cristãos e sarracenos. O dano infligido a si fora igualado ao dano causado aos seus bens e servos. Dentro de seu *dominium* o senhor possuía obrigações para com seus produtores dependentes, o que incluía a sua proteção, bem como estes produtores dependentes possuíam obrigações para com seu senhor.³⁵

³³ CATLOS, B. A. *Vencedores y Vencidos: cristianos y musulmanes de Cataluña y Aragón, 1050-1300*. Valência: Universitat de València, 2010, p. 209-211.

³⁴ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 15, p. 40.

³⁵ BASCHET, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p. 132-136.

Apesar de possuírem estatutos sociais distintos, por meio de uma perspectiva hierárquica feudal houvera na narrativa uma equiparação entre cristãos, judeus e muçulmanos enquanto forças produtivas de uma sociedade. Não podemos é claro idealizar o medievo e mascarar as relações de exploração entre o *dominus* e seus dependentes, afinal o mal feito aos sarracenos de Dom Lope também acarretara em prejuízos ao nobre. Retomaremos este ponto adiante.

Ao tomarmos estas representações presentes no *Llibre dels Feyts* em conjunto inferimos que se estabelecera um dualismo entre aqueles que se renderam ao monarca catalão-aragonês e aqueles que não³⁶. Enquanto em Maiorca o sarraceno Dom Aabet, o vassalo que se prestara ao *Conquistador*, fora enobrecido como um anjo de Deus, o líder da resistência ao cerco da cidade encontrara a morte em sua decapitação.³⁷

No antagonismo entre o vassalo e o inimigo, qual fora o lugar do traidor? Na comparação entre essas representações, aferimos que o traidor o é, não por ser de outra confissão religiosa, mas por romper o pacto com seu senhor. Para melhor elucidarmos esta questão, interessa-nos, aqui, traçar um paralelo entre o conselho de Jaime I ao seu filho e sucessor sobre os sarracenos de Valência apresentado anteriormente e um fragmento narrativo acerca do final da conquista de Maiorca:

Depois deste pleito que fizemos com eles [os sarracenos de Maiorca], recebemos tanto ou mais que o combinado, porque eles nos davam, quando nós lhes pedíamos convenientemente, tudo o que solicitávamos. A cada ano tomávamos deles, exceto os de nossa mesnada, tais coisas. Fizemos cativos os sarracenos da ilha que estavam rebelados na montanha, para que fizessem a nossa vontade, e os demos àqueles que os desejavam, para povoarem a terra na condição de cativos. [...] Desde então não houve necessidade, à mercê de Deus, de nossa ajuda à ilha de Maiorca, pelo contrário, ela foi multiplicada por Nosso Senhor, pois vale duas vezes mais do que valia no tempo dos sarracenos.³⁸

Evidenciamos, neste segmento da obra, três aspectos relacionados à problemática desse ensaio: 1) A imagem pejorativa dos sarracenos rebelados; 2) A positivação dos vassalos sarracenos; 3) A conservação da paz em Maiorca. Durante este empreendimento bélico diversas vezes o rei dera oportunidades para os sarracenos submeterem-se a sua proteção, no entanto, alguns deles permaneceram “rebelados” ao recusarem a autoridade do *Conquistador* sobre as ilhas. Estes sarracenos foram feitos “cativos”, escravizados para realizar a vontade do monarca, doados “àqueles que os

³⁶ ANDRADE, *op. cit.*, p. 111-113.

³⁷ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 70-71, p. 125-127.

³⁸ *Ibid.*, capítulo 124, p. 177.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

desejavam, para povoarem a terra na condição de cativos”. Por outro lado, os sarracenos que aceitaram Jaime I como seu senhor adentraram ao corpo da Coroa de Aragão como servos e vassalos.

Após a conquista deste reino não houve necessidade de ajudá-lo, um contraponto, a Valência que lhe rendera inúmeras dificuldades em vida. Nas ilhas de Maiorca, a fidelidade de seus servos e vassalos conservara a paz entre cristãos e sarracenos, ao passo que os traidores de Valência incitaram a guerra e desestabilizaram a Coroa. Por que uma fora multiplicada, o reino de Maiorca e, outra, o reino de Valência, resultara em tantos prejuízos?

Em um primeiro momento devemos distinguir como ambos os territórios foram conquistados por Jaime I. À medida que a maior parte da conquista das ilhas mediterrânicas se dera através de confrontos bélicos diretos, Valência, a excetuar algumas batalhas travadas, fora anexada via as negociações entre cristãos e sarracenos. Estes fatores supracitados geraram ainda uma segunda distinção entre os territórios. No reino de Valência, os muçulmanos constituíram uma maioria perante uma minoria cristã, uma pressão demográfica que, alinhada a sua localização ao sul da Península Ibérica, próxima ao reino de Granada, foram cruciais às subseqüentes revoltas dos valencianos liderados por Al-Azraq.³⁹ Por outro lado, em Maiorca a população muçulmana praticamente desaparecera, muito devido ao modo pelo qual o empreendimento bélico fora realizado.⁴⁰

Enobrecidos por respeitarem Jaime I, os maiorquinos se distinguiram dos valencianos que traíram sua confiança e se revoltaram contra o rei. Nas frentes de Valência e Múrcia, como vimos anteriormente, Jaime I empreendera uma política de negociações frente às populações muçulmanas da região. Para aceitarem e reconhecerem o poder e a autoridade do monarca cristão, os sarracenos pleitearam a permanência de sua lei e de seus costumes, essenciais para a coesão daquelas comunidades. Por outro lado, McMillin já destacara que as inúmeras negociações entre cristãos e muçulmanos foram uma maneira de evitar os longos cercos e o derramamento de sangue durante a conquista.

³⁹ MONTALVO, J. H. “Los mudéjares en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I”. In: SARASA, E. (org.). *La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I (1213-1276)*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2009. p. 158.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 169.

As atitudes pragmáticas de Jaime permitiram um maior controle, frente aos seus nobres, dos ganhos advindos da guerra.⁴¹ O pragmatismo presente nesta política régia beneficiara o reino ao anexar as cidades e impedir o fortalecimento da nobreza aragonesa e evitara um mal maior, a redução da hoste cristã, pois, como dissera o monarca em seus acordos com os sarracenos “quem não dá do que gosta, não recebe do que deseja”.⁴²

Nas palavras do Conquistador, os sarracenos de Valência foram expulsos, pois estes traidores quebraram seus compromissos e, principalmente, se eles se unissem com outros mouros, de Granada, do Norte da África ou da Terra Santa, poderiam causar um grande dano à Coroa e à Cristandade. Analogamente, os conselheiros do monarca alertaram para a grande presença de mouros dentro da vila de Múrcia, sob o domínio de Castela, que poderia acarretar em um grande dano aos cristãos.

No dia 20 de junho de 1264, o rei castelhano, Afonso X comunicara ao bispo de Cuenca a sublevação dos mouros com a ajuda de Granada e pedira que aquele pregasse a cruzada, lembrando que os Papas Inocência IV e Alexandre IV haviam outorgado perdão a todos aqueles que auxiliassem Castela:

Et commoquier que nos non aguardásemos que el rey de Granada farié tamanna falsedad e trayción contra nos, ganamos carta de Innocencio papa e de Alexander en que dizen que si por aventura acaesciese que nos ouiésemos de mouer guerra contra los moros de Espanna, que son en la frontera de Castiella e de León, que todos aquellos que fueren connusco en nuestra ayuda o con aquéllos que nos mandáremos, que ayan esos mismos perdones que son otorgados a todos aquellos que uan a la tierra de Ultramar.⁴³

Neste contexto político, a esposa de Afonso X, Dona Violante, filha de Jaime I, pedira auxílio ao seu pai. Tropas aragonesas e catalãs são enviadas à Múrcia, as quais derrotaram os insurgentes e instalaram dez mil aragoneses e catalães em Múrcia, condição exigida pelo *Conquistador* por seu auxílio⁴⁴ ao reino de Castela. Os sarracenos de Múrcia foram removidos aos subúrbios da vila, a fim de evitar um mal maior ao reino.

⁴¹ MCMILLIN, *op. cit.*, p. 50.

⁴² JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 244, p. 274.

⁴³ *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, *op. cit.*

⁴⁴ FERRER I MALLOL, M. T. “La Corona catalano-aragonesa i Castella (segles XII-XIV). Elements de coincidència i de divergència”. In: SABATÉ, F.; FARRÉ, J. (org.). *El Comtat de Urgell a la Península Ibèrica*. Reunió Científica. Balaguer, 2002, p. 64.

A preocupação de Jaime e de seus conselheiros que fundamentara essa prática era a que, se os insurgentes tivessem a oportunidade, se revoltariam novamente. Para impedir tal dano, deveriam ser, então, submetidos e desmobilizados, “assim, mais vale que o dano caia sobre o outro que sobre nós, pois [...] se deve considerar o que pode acontecer para que não ocorra um dano”.⁴⁵

Em nosso entendimento, somente com a operacionalização do conceito de tolerância pragmática medieval, torna-se possível compreender a diversidade e a coexistência das representações sobre os sarracenos na narrativa dos feitos de Jaime I de Aragão. Em uma passagem, referente à guerra de Múrcia, o rei-conquistador, ante os sarracenos insurrectos da cidade de Elche afirmara as condições de suas negociações:

Faço-vos saber que nós os chamamos por isso: cremos que vós sabeis, através dos sarracenos que guerrearam contra nós, como Nosso Senhor nos ajudou contra eles e qual vitória foi induzida e que nós começamos; aqueles que desejaram ter paz conosco e se pôr à nossa mercê, nós os tivemos com uma boa mercê e os atendemos naquilo que prometemos, caso contrário, eles a perderam. Agora nós viemos a essa terra por duas razões: aqueles que se revoltaram contra nós e não quiseram se colocar em nossa mercê serão conquistados e morrerão pela espada; aqueles que quiserem se colocar sob nossa mercê, nós os teremos (e será tal mercê que eles estarão em suas casas, terão suas posses e sua lei), e os faremos atender os acordos que o rei de Castela e Dom Manuel tinham com eles e seus costumes, de acordo com as cartas que eles têm e, se em algo eles quebrarem, nós os repararemos.⁴⁶

Os sarracenos de Elche deveriam saber que Deus guiara Jaime I nas vitórias de Maiorca e Valência – o rei conquistara, escravizara e expulsara os sarracenos que se opuseram ao seu poder. Aqueles “que desejaram ter paz conosco [...] nós os tivemos com uma boa mercê”, a resguardar suas casas, sua lei e seus costumes. Caso permanecessem contra o Conquistador, perderam tudo que tinham. Por fim, o rei dá um ultimato aos de Múrcia: os que “não quiseram se colocar em nossa mercê serão conquistados e morrerão pela espada”, porém, aqueles que aceitarem “nossa mercê, nós os teremos” e, “será tal [...] que eles estarão em suas casas, terão suas posses e sua lei”. Estabeleceram-se uma divisão entre aqueles que aceitaram a autoridade e o poder de Jaime I e aqueles que não.

Mais uma vez, é retomado o exemplo negativo dos inimigos e traidores, como Fátila e Al-Azraq e de outros sarracenos que morreram pela espada dos cristãos, bem como o

⁴⁵ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 366, p. 353.

⁴⁶ *Ibid.*, capítulo 416, p. 390.

exemplo positivo daqueles que se colocaram sob a mercê do rei, como Dom Aabet, Abu Seid, Abû Yahya entre outros. Ao final da revolta de Múrcia, diante daqueles sarracenos, Jaime I afirmou que:

[...] eles bem sabiam que havia muitos sarracenos em nossa terra (e também antigamente com os de nossa linhagem em Aragão e Catalunha, e nós no reino de Maiorca e de Valência), todos tiveram sua lei tão bem como se estivessem na terra dos sarracenos, e também aqueles que vieram à nossa mercê e se renderam a nós; os que não quiseram se render, nós tivemos que tomá-los à força, povoando a terra com cristãos. E como nós não desejávamos fazer-lhes mal nem sua morte: – Queríamos primeiramente falar convosco para que nos ajudassem a proteger os sarracenos de Múrcia e seu reino. Nós conseguiríamos três coisas com o rei de Castela: a primeira manter as cartas que tinham com ele; depois, faríamos acordos e os respeitávamos; a terceira, nós perdoaríamos todas as coisas que eles tivessem feito. [...] Mas, caso não quisessem nem fizessem isso, nós viríamos com tamanha intenção que não partiríamos daqui sem ter toda a cidade e toda a terra pela força. Contudo, não queríamos sua morte nem sua destruição, pelo contrário, desejávamos que vivessem por todos os tempos com o rei de Castela e tivessem suas mesquitas, sua lei, assim como tinham concordado com ele em suas primeiras cartas.⁴⁷

Perante os insurrectos da vila, Jaime I expôs que haviam muitos sarracenos em suas terras em Aragão, Catalunha, Maiorca e Valência, e “todos tiveram sua lei tão bem como se estivessem na terra dos sarracenos”. A memória cumpre aqui o alicerce desta argumentação, afinal o monarca reconheceu a temporalidade de seus feitos e os de seus antepassados e os confrontou em uma síntese: a constante relação entre conquistadores e conquistados e, a também constante, dualidade entre os bons servos e bons vassallos e os inimigos e traidores. A revolta e conquista de Múrcia, em meio aos laços de parentesco entre Castela e Aragão, entrelaçou a história desses reinos em sua relação com os mouros das terras conquistadas. Tolerância pragmática e fundamentos feudo-vassálicos regeram suas políticas.

Conclusão

Jaime I, em seu leito de morte, aconselhou seu filho e sucessor a expulsar os sarracenos de Valência, “porque eram todos traidores e tinham mostrado isso muitas vezes”.⁴⁸ Em seu memento, o rei compreendeu uma propensão daqueles sarracenos a

⁴⁷ *Ibid.*, capítulo 437, p. 403

⁴⁸ *Ibid.*, capítulo 564, p. 478-479.

traí-lo.⁴⁹ De acordo com as palavras do *Conquistador*, eles ofenderiam, enganariam e trairiam seu senhor, mesmo que este lhes fizesse bem. Não obstante, a tessitura do *Llibre dels Feyts* de Jaime I de Aragão se dera entre os anos de 1270 e 1278⁵⁰, ou seja, as memórias relegadas pelo rei catalão-aragonês sobre os insurrectos foram escritas cerca de trinta anos depois da primeira revolta de Valência.

A guerra contra os revoltosos de Valência representara a necessidade do estabelecimento de um controle social e político em um território instável e desestabilizado, pressionado pelas ambições de Granada e Castela. Assim, aqueles que se rebelaram contra a senhoria do monarca não puderam ser esquecidos – como traidores estes foram eternizados nas memórias de Jaime I de Aragão.

Neste processo, a figura de Al-Azraq assumira uma função primordial. O líder sarraceno se confundira com a própria insurreição – nas palavras do *Conquistador* foram suas ações, a tomada de alguns castelos em Valência, que marcaram o início da revolta. Mesmo em sua morte, em 1276, o sarraceno fora rememorado como o princípio daquele mal – os sarracenos “sofreram um grande mal nesse combate, e perderam seu líder, de nome Alazrac, o qual se levantara uma outra vez com alguns castelos do dito reino [...]”.⁵¹

O levante valenciano marcara, conforme McMillin, uma nova forma de representar os sarracenos, uma ruptura no *Llibre dels Feyts* evidenciada por uma lacuna no texto. No entanto, ao examinarmos o programa narrativo da obra percebemos a existência de uma teia na qual estas imagens acerca dos sarracenos se entrelaçam. De maneira semelhante entendemos que a política pragmática empreendida por Jaime I de Aragão, bem como outros reis ibéricos, não pode ser concebida através dos conceitos modernos de tolerância e intolerância.

Ao contrapormo-nos a uma perspectiva que antagoniza duas crônicas, duas posturas frente às populações muçulmanas, compreendemos que não há uma ruptura ou mesmo uma transformação nestas representações. O que podemos depreender da narrativa – e da comparação desta com outras fontes – é que há uma coerência entre as diferentes representações, a qual lhes concede uma unidade: uma percepção do

⁴⁹ Cabe ressaltar que na narrativa, mesmo antes da primeira revolta de Al-Azraq, os sarracenos do reino de Valência traíram o rei ao convocar os homens de Jaime I para uma cilada em Almagora. *Ibid.*, capítulo 191, p. 230-231.

⁵⁰ CINGOLANI, *op. cit.*, p. 59.

⁵¹ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 556, p. 474.

corpo social que é balizada pelo pacto entre senhor e o vassalo ou entre o senhor e seus servos. Apenas em segundo plano, quando a alternativa do pacto feudo-vassálico e senhorial fora descartada, florecera uma questão religiosa e étnica.

Homenagens de mão, promessas, fidelidade, contratos vassálicos e juramentos sobre o Corão. As relações estabelecidas entre cristãos e muçulmanos no *Llibre dels Feys* estiveram permeadas por uma perspectiva orgânica e feudal. De acordo com Burns o emprego deste vocabulário na crônica não adquirira propriamente uma vinculação a esta lógica – constituíra apenas um meio de formalizar aquelas relações.⁵² Contudo, percebemos que as representações acerca dos sarracenos presentes na narrativa dos feitos de Jaime I devem ser compreendidas sob uma lógica feudal, tanto no âmbito de uma feudalidade, isto é, no seio das relações pessoais intra-nobiliárquicas, quanto sob as relações de domínio entre um senhor e seus dependentes.⁵³

Nestas relações entre duas culturas com sistemas próprios de hierarquização suas proximidades foram “traduzidas” ao entendimento dos ouvintes cristãos. *Walís* transformaram-se em reis, homens poderosos adquiriram o dom e todos aqueles que reconheceram o *Conquistador* como seu senhor se tornaram seus servos e vassalos. No entanto, para além de uma tradução cultural, o emprego destas palavras e gestos feudais nos fornece outras possibilidades de interpretação sobre as relações entre cristãos e muçulmanos no *Llibre dels Feys*.

Quando Jaime I firmara as cartas de rendição de Minorca este não convocara artesãos e camponeses sarracenos, e sim, “os maiores e melhores homens da ilha”.⁵⁴ Sensível às paridades sociais entre as duas culturas o rei negociara as diversas capitulações em suas conquistas diretamente com os estamentos mais altos da hierarquia social islâmica.⁵⁵ Para sarracenos como Dom Aabet, Abu Said, Abû Yahya, entre outros, esta conquista não significara uma perda de seu *status quo*.⁵⁶ Como afirmara Catlos “la posibilad de conservar riqueza y privilegios tiene un sorprendente poder de revelación espiritual”.⁵⁷ Ao adentrarem em um mundo feudal alguns sarracenos se converteram ao cristianismo e adquiriram senhorias, porém sem abandonarem seus velhos costumes, como o antigo rei de Valência que mantivera a imagem de um príncipe

⁵² BURNS, *op. cit.*, p. 282.

⁵³ BASCHET, *op. cit.*, p. 128.

⁵⁴ JAUME I DE ARAGÃO, *op. cit.*, capítulo 121, p. 174-175.

⁵⁵ BURNS, *op. cit.*, p. 282.

⁵⁶ ANDRADE, *op. cit.*, p. 113-115.

⁵⁷ CATLOS, *op. cit.*, p. 129.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21 (2015/2)*
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

almôada com suas vestes escarlates e seu turbante de seda.⁵⁸ Um destino que, no entanto, não fora compartilhado a todos os “outros”.

Diante dos sarracenos de Múrcia, próximo ao fim de seu reinado e de sua vida, Jaime I envolvera seus feitos em Maiorca e Valência dentro de uma unidade na qual diferenciara aqueles que reconheceram a sua autoridade e aqueles que não. Percebemos neste ponto que as teses de Burns e McMillin sobre uma pretensa ruptura e transformação nas representações acerca dos sarracenos no *Llibre dels Feys* não se sustentam, pois ao observarmos a obra nesta totalidade, superamos a dicotomia entre uma narrativa “pré-revolta” e “pós-revolta”.

Os feitos de Valência passam a ser vistos não como um marco, mas como um catalisador destas representações negativas acerca dos sarracenos. Jaime I fora, portanto, um rei pragmático que, ao visar a conquista de territórios, concedera aos seus vassalos muçulmanos a manutenção de sua lei e de seus costumes, e, igualmente, escravizara e expulsara seus inimigos, evitando um dano sobre a Cristandade hispânica, causando-o ao outro, o sarraceno.

Fontes

ALFONSO EL SABIO. *Las Siete Partidas*. Gregório Lopez (org.). Salamanca, 1555.

Diplomatario Andaluz de Alfonso X, ed. Manuel González JIMENEZ, 1991.

JAUME I DE ARAGÃO. *Livro dos Feitos* (tradução de Luciano José Vianna e Ricardo da Costa). São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciência e Filosofia “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2010.

TOMÁS DE AQUINO, *Suma de Teológica*. Madrid: Biblioteca de los Autores Cristianos, 1990.

Bibliografia

ANDRADE, R. P. “Inimigos e anjos: o *Llibre dels Feys* e as relações entre cristãos e muçulmanos na Coroa de Aragão (1213-1276)”. In: *Revista Roda da Fortuna*, n. 5, p. 109-127. 2013.

BASCHE, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BURNS, R. I. *Muslims, Christians and Jews in the Crusader kingdom of Valencia*. New York: Cambridge University Press, 2008.

CATLOS, B. A. *Vencedores y Vencidos: cristianos y musulmanes de Cataluña y Aragón, 1050-1300*. Valência: Universitat de València, 2010.

CINGOLANI, S. M. “De historia privada a historia pública y de la afirmación al discurso: una reflexión en torno a la historiografía catalana (985-1288)”. In: *Talia Dixit: Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografía*, n. 3, p. 51-67. 2008

⁵⁸ BURNS, *op. cit.*, p. 282.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

- FERRER I MALLOL, M. T. “La Corona catalano-aragonesa i Castella (segles XII-XIV). Elements de coincidència i de divergència”. In: SABATÉ, F.; FARRÉ, J. (org.). *El Comtat de Urgell a la Península Ibèrica*. Reunió Científica. Balaguer, 2002.
- FORST, Rainer. “Limites da Tolerância”. In: *Novos Estudos*, n. 84, p. 15-29. 2009.
- KAGAY, D. J. “The Essential Enemy: The image of the muslim as adversary and vassal in the law and literature of the medieval Crown of Aragon”. In: BLANKS, D. R.; FRASETTO, M (org.). *Western views of Islam in medieval and early modern Europe: Perception of other*. New York: St. Martin’s Press, 1999.
- MCMILLIN, L. A. “Portrait of the Enemy: saracens in the Catalan Grand Chronicles”. In: *Sharq Al-Andalus*, Alicante, n. 4, p. 49-57. 1987.
- MONTALVO, J. H. “Los mudéjares en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I”. In: SARASA, E. (org.). *La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I (1213-1276)*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2009.
- PUJOL, J. M. “El programa narratiu del Llibre del rei en Jaume”. In: COLÓN, G.; ROMERO T. M. (org.). *El rei Jaume I. Fets, actes i paraules*. Castelló: Fundació Germà Colón Domènech; Barcelona: Publicacions de l’ Abadía de Montserrat, 2008.
- SÁNCHEZ, F. F. “Els musulmans i l’Islam vistos como alteritat en el ‘Llibre dels Feits’”. In: HAULF I VALLS, A (org.). *El Llibre dels Feits: aproximació crítica*. València: Publicacions de l’ Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2012.
- SILVEIRA, A. D. “Fronteiras da tolerância e identidades na Castela de Afonso X”. In: FERNANDES, F. R. (org.). *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.
- SILVEIRA, A. D. “Relação corpo, natureza e organização sociopolítica no Medievo: revelação, ordem e lei”. In: NODARI, E. S.; KLUG, J (org.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012
- TOLAN, J. V. *Sarracenos: el Islam en la imaginación medieval europea*. València: Universitat de València, 2007.
- VILLACAÑAS, J. L. *Jaume I el Conquistador*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2004.